PROJETO DE LEI N° . 003/2017

de 10 de abril de 2017

“Institui o Dia Municipal do Evangélico e dá outras providências”.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA** no uso de suas atribuições legais, faz público que aprovou o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica instituído no município de Orlândia, no segundo domingo do mês de julho de cada ano, o “Dia Municipal do Evangélico”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2017.

RODRIGO DOS SANTOS LIMA

VEREADOR

J U S T I F I C A T I V A

Ao longo dos séculos – e porque não dizer dos milênios – os antagonismos entre homens, grupos sociais e nacionalidades inteiras, provocados por diferenças religiosas, marcaram profundamente a história da humanidade, com a intolerância religiosa levando a conflitos minoritários que professavam crenças diferentes. E isto sempre sob o comando – ou ao menos com o integral apoio – dos grupos dominantes do poder do Estado.

Assim, a íntima relação entre a religião e o Estado mantinha-se numa estreita interdependência que tinha, de um lado, a defesa dos interesses deste grupo religioso majoritário e, de outro, a imposição daquela como a religião oficial do Estado, num relacionamento quase contratual que interessava sobremaneira a ambas as partes que, por esse meio, mantinham-se sempre nas posições de comando da máquina estatal e de verdadeiro domínio espiritual de suas populações.

Mas a dinâmica do desenvolvimento das sociedades, os avanços e conquistas no campo cultural e a evolução do pensamento humano, haveriam de provocar ao longo do tempo cada vez mais fortes reações de setores da sociedade que começavam a divergir do ideário religioso oficial – e isto se fazia sentir com muito mais força nas sociedades ocidentais, com rupturas cada vez mais profundas no cristianismo, que até então era representado unicamente pelo catolicismo. Assim é que, ao final do século XV e início do século XVI, ganharam cada vez mais força os grupos religiosos dissidentes, na fase histórica mantida pela Reforma Religiosa, que teve em Martinho Lutero seu maior expoente, daí surgindo as religiões luteranas, também denominadas protestantes.

No Brasil, a despeito de ainda no século passado, sob o reinado de D. Pedro II, mais precisamente em 1855, haver-se iniciado o funcionamento da primeira Escola Bíblica Dominical e, em 1861, através da Lei nº 1.144, ter promovido o governo imperial o reconhecimento de casamentos de pessoas que professavam a religião do Estado, principiando-se assim um irreversível processo de abertura religiosa na sociedade brasileira, o que se vê ainda nos dias de hoje é o ostensivo predomínio do catolicismo como religião oficial, apesar da liberdade religiosa haver sido garantida nas sucessivas Constituições promulgadas desde o advento da República. Já na Constituição de 1891, em seu art. 72, § 3º, o legislador constituinte cuidou de estabelecer, ao menos no plano jurídico, a definitiva separação entre a Igreja e

o Estado, ao dispor: *“Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos estados.”*

Apesar disso, a pretexto da preservação de manifestações culturais e de tradições arraigadas no seio da sociedade, são mantidos inúmeros feriados nacionais decorrentes exclusivamente da prática do catolicismo, em detrimento das inúmeras religiões – principalmente evangélicas – que a cada ano multiplicam em muitas vezes seu número de fiéis, num acentuado processo de crescimento que marca, profundamente, a crença do povo brasileiro na atualidade, mas que não encontram, de parte dos poderes públicos, qualquer tipo de reconhecimento e sequer consagração de uma única data oficial a homenagear o seu culto.

Daí a razão deste projeto.

Mas não estou a propor aqui a instituição de um feriado no município, eis que tenho a firme convicção de que a verdadeira fé deve ser professada todos os dias e que a separação entre religião e Estado constitui-se numa conquista da sociedade moderna, devendo, a todo custo, ser preservada.

O que pretendo com o presente projeto é o reconhecimento, no âmbito do município, da importância que assumem cada vez mais as igrejas evangélicas para o povo orlandino e, por que não dizer, para o povo do Brasil; pretendo que esse reconhecimento se faça sentir pela instituição de uma data comemorativa, inclusive facultando ao Poder Executivo sua inserção no calendário oficial de eventos do município como o “Dia do Evangélico”, a ser celebrado no segundo domingo do mês de julho de cada ano.

Ante o exposto, submeto à douda apreciação de meus Nobres Pares desta Casa de Leis a presente proposição, firme na convicção de que ela receberá o apoio necessário à sua tramitação e aprovação final.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2017.

RODRIGO DOS SANTOS LIMA

VEREADOR